



## Moção Reabertura do Ano Lectivo 2020-2021

3

Pontos 1, 3 e 4 e prova  
dos funcionários da  
11 votos (PSD, PCP, PSD, BEI).  
Ponto 2 rejeitado por  
8 votos (PSD, BEI).

A: i  
20.09.29

Considerando que,

Após um longo período de tempo com as escolas encerradas para a esmagadora maioria dos alunos, é necessário o quanto antes o regresso ao ensino presencial, ensino este que tem uma centralidade e uma importância no processo de ensino/aprendizagem que não é substituível por experiências à distância. O papel dos professores na sala de aula é imprescindível no acompanhamento dos alunos.

O regresso ao ensino presencial é possível, como decisivo para normalizar o processo ensino/aprendizagem e recuperar os atrasos provocados pelas medidas de excepção, adoptadas em Março passado, mas exige a adopção de medidas rigorosas que garantam todas as normas de segurança para proteger a saúde dos estudantes, dos professores e de todos os profissionais da educação.

O caminho, no imediato e no futuro, passa pelo inequívoco reforço da Escola Pública, o que implica e obriga a mais investimento, mais trabalhadores, mais meios técnicos e materiais, melhor parque escolar, bem como a redução do número de alunos por turma, contrariar a entrega de soluções a privados e o reforço da Acção Social Escolar.

Na reabertura do ano lectivo, são muitas as interrogações face às insuficientes orientações divulgadas pelo Governo e às indefinições que subsistem. Cabe ao Ministério da Educação apresentar soluções e orientações que, de forma clara, eliminem factores de incerteza e simultaneamente tranquilizem as famílias.

Directores de escolas e agrupamentos, professores e outros profissionais da educação, estudantes e famílias, têm manifestado as suas preocupações com a falta de garantias no plano da saúde e do funcionamento das escolas, que se estendem à carência de recursos humanos indispensáveis para o reforço pedagógico que os meses de encerramento impuseram.

As carências hoje identificadas nas escolas, para além das que resultam do necessário combate à epidemia com as medidas de adaptação à situação actual, são o resultado de muitos anos de desvalorização da Escola Pública, do subfinanciamento a que tem sido sujeita, da falta de profissionais a todos os níveis, a que se soma a existência de trabalhadores pertencentes a grupos de risco.

Quando os investigadores apontam como medida prioritária a redução dos contactos entre os alunos, a não utilização dos mesmos espaços, a desinfecção sistemática das salas de aula, o controlo da utilização das máscaras, estão a pensar numa resposta das escolas que devia passar, obrigatoriamente, pelo reforço dos auxiliares de acção educativa, o que não se verifica neste momento. Também o número de assistentes técnicos, técnicos superiores e outros técnicos especializados fica muito aquém das necessidades das escolas. Neste regresso à Escola é fundamental, designadamente, o reforço de psicólogos, tendo em conta a degradação da saúde mental de muitos jovens devido ao confinamento a que foram sujeitos

A: i

As verbas adiantadas pelo Ministério da Educação para o 1.º período para adquirir não só máscaras mas também luvas, batas, aventais, entre outros equipamentos de protecção individual deixam antever claras dificuldades, face ao número de alunos que agora regressam às aulas e todos os trabalhadores da Escola Pública.

De acordo com os dados do gabinete do vereador da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, Manuel Grilo, divulgados na comunicação social em Novembro de 2019 e não desmentidos em momento algum, faltariam precisamente 514 auxiliares nas 137 escolas públicas do concelho, abrangendo todos os anos de escolaridade, do 1.º ao 12.º. Até à data, a Câmara Municipal de Lisboa não informou se o Ministério da Educação chegou a dotar as escolas de todos os meios humanos necessários, tal como referido na moção, nem sequer se a Câmara e o Ministério celebraram o auto de transferência de competências, identificando os equipamentos, os recursos humanos e financeiros a transferir, nem a data de produção de feitos.

É necessário o reforço imediato de todos os auxiliares de acção educativa e assistentes administrativos necessários ao funcionamento da Escola Pública e que este tem de ser o tempo de uma Escola verdadeiramente Pública, Gratuita, Universal, de Qualidade, Democrática, para todos.

**Os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia da Ajuda, reunida a 29 de Setembro de 2020, propõem que esta mesma Assembleia delibere:**

1. Exigir do Governo que este tome rapidamente as medidas necessárias para dotar as Escolas de pessoal não docente (assistentes operacionais, psicólogos e outros técnicos especializados) e mais meios técnicos e materiais, para assegurar que são garantidas com eficácia as regras impostas pela Direcção Geral de Saúde;
2. Que a Câmara Municipal de Lisboa, em articulação com o Ministério da Educação, envide esforços para assegurar o número suficiente de trabalhadores de modo a garantir o normal funcionamento do ano lectivo 2020/2021, sobretudo considerando as exigências específicas deste ano, resultantes da pandemia da Covid19;
3. Que os vínculos laborais dos trabalhadores não docentes sejam garantidos tal como prevê o estabelecido no ponto 2, do Artigo 42.º, da secção II, do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro.
4. Remeter a presente moção para:
  - Assembleia da República e Grupo Parlamentares
  - Ministro da Educação e Ciência
  - Comissão Parlamentar de Educação e Ciência
  - Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
  - Vereador dos Direitos Sociais e Educação
  - STML
  - CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
  - UGT - União Geral de Trabalhadores

